



UM PLANETA CHAMADO ESOLA, EM UM UNIVERSO CHAMADO EDUCAÇÃO

A PLANET CALLED ESOLA, IN A UNIVERSE CALLED EDUCATION

Rosa Maria de Santana

RESUMO: Este trabalho pretende discutir o papel do gestor escolar enquanto líder na busca por uma educação que contemple não apenas a igualdade, mas equidade para a comunidade estudantil, ressaltando a importância do Curso Mentoria para diretores escolares. Pretende-se ainda, fazer a seguinte pergunta: o gestor escolar cuida de sua comunidade escolar e quem cuida do gestor? Para tanto, faz-se uma discussão sobre a qualidade educacional por meio da reflexão da construção do Projeto Político Pedagógico, tendo o gestor como um importante ator na oportunidade para uma educação omnilateral em uma escola omnilateral. Para elaboração deste artigo, fez-se uma discussão teórica sobre qualidade educacional, educação para além do mercado de trabalho, formação omnilateral, educação integral, o PPP escolar e a Mentoria para diretores escolares. Usou-se para elaboração deste estudo uma pesquisa com abordagem qualitativa. Embora não superando os estudos nessa perspectiva, conclui-se que o Curso de Mentoria de Diretores Escolares pode ser considerado uma grande oportunidade para os estados e municípios na promoção de formas de aprender e ensinar, tanto das questões administrativas como emocionais, mas não é suficiente para o apoio necessário que os diretores precisam. Como também, ainda não se tem o conhecimento da replicação desse projeto pelas secretarias de educação e quais impactos causaram para o propósito pretendido.

Palavras-chave: Escola do futuro; Gestão Escolar; Comunidade Participativa.

ABSTRACT: This work intends to discuss the role of the school manager as a leader in the search for an education that contemplates not only equality, but equity for the student community, highlighting the importance of the Mentorship Course for school principals. It is also intended to ask the following question: does the school manager take care of his school community and who takes care of the manager? To this end, a discussion is made on educational quality through reflection on the construction of the Pedagogical Political Project, with the manager as an important actor in the opportunity for an omnilateral education in an omnilateral school. For the elaboration of this article, there was a theoretical discussion about educational quality, education beyond the labor market, omnilateral training, integral education, the school PPP and Mentoring for school principals. For the elaboration of this study, a research with a qualitative approach was used. Although not surpassing the studies in this perspective, it is concluded that the Mentoring Course for School principals can be considered a great opportunity for states and municipalities in promoting ways of learning and teaching, both administrative and emotional issues, but it is not enough for the necessary support that principals need. Also, there is still no knowledge of the replication of this project by the education secretariats and what impacts they caused for the intended purpose.

Keywords: School of the future; School management; Participatory Community.

A EDUCAÇÃO QUE TEMOS E A EDUCAÇÃO QUE BUSCAMOS

A educação no Brasil nasceu de forma conflituosa se for analisada na perspectiva de que não nasceu para todos e muitos menos para formar o cidadão no sentido omnilateral ou interdimensional. Sobre a onilateralidade. (MANACORDA, 2007, p.90)



retrata a onilateralidade como processo em que o homem adquire todas as suas capacidades produtivas e ao mesmo tempo a capacidade de consumo trazendo-lhe prazer, onde ele pode vivenciar o gozo dos bens espirituais além dos materiais que o trabalhador está excluído devido às consequências ocasionadas pela divisão do trabalho.

A Educação interdimensional pode ser compreendida em uma educação que deve contribuir para o desenvolvimento total do ser humano como corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. (CADERNO DE FORMAÇÃO DO ICE, MODELO PEDAGÓGICO, 2014, P. 45).

Neste sentido podemos compreender que as ações educativas não apenas no Brasil, mas de forma quase globalizada esteve e está a serviço do capital. Por meio da análise da obra de (MÉSZÁRIOS, 2008, p.35) é possível perceber que a educação ofertada nas instituições de ensino nos últimos 150 anos teve como propósito preparar parcela da população com conhecimentos específicos às necessidades da máquina produtiva de acordo com a expansão do sistema capitalista internalizando nestas pessoas por meio de valores a naturalização para aceitação de que apenas uma classe dominante e com conhecimentos exclusivos que lhes legitima a dominação.

Na defesa de uma educação que não esteja a serviço do capitalismo, mas que contemple a formação profissional (CIAVIATA, 2014) cita a educação politécnica ao fazer referência aos sonhos educacionais dos socialistas e renascentistas utópicos “ Mas preservou-se, no âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da “ educação politécnica” como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana-física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional.

A educação no Brasil em todo seu percurso histórico não se consolidou como proposta emancipadora para o povo brasileiro. No Brasil colônia a educação foi utilizada como forma de doutrinar por meio da religião católica, como também coibir a reforma protestante que crescia na Europa. No período Monárquico de acordo com (RIBEIRO, 1992) o cenário permanecia quase inalterado, embora houvesse na constituição de 1824 a gratuidade do ensino primário para todos os cidadãos, o que existia apenas na forma teórica.

No período da Primeira República o cenário exigia uma reorganização na educação nacional devido ao desenvolvimento urbano e houve propostas neste sentido (ALVES, 2008). Ainda para esse autor na Segunda República os investimentos para educação cresceram, mas

apenas para suprir uma necessidade de mão-de-obra especializada. O que podemos observar se seguirmos analisando as propostas para educação brasileira é que, embora, tenha se constatado um grande avanço, as ações estiveram mais alinhadas para servir o capital, as classes dominantes e as necessidades econômicas de cada contexto histórico vivido no nosso país.

Nos debates que se mantêm ao longo dos anos no terreno do trabalho e educação seus antecedentes mais importantes são as lutas em defesa da escola pública na campanha pela LDBEN (Lei n. 4.024/61), contra a Ditadura (1964-1985), por uma nova Constituição (1988) e uma nova LDB (Lei n. 9.394/96), pela revogação do Decreto n. 2.028/97; pela defesa da formação integrada (Decreto n. 5.154/03, posteriormente



incorporado à LDB pela Lei n. 11.941/08).

Embora a luta por educação de qualidade no Brasil ainda continue, (SANTANA; SILVA 2017) diz, “No período da Nova República a educação ganha a nova LDB, após quase dez anos tramitando pelo congresso. A Lei 9.394/96, apresenta conquistas confirmadas pela atual Constituição do Brasil.” A educação de forma emancipadora vislumbrando o ser humano como protagonista de sua própria história ainda não foi conquistada pela maioria da população brasileira, isso, pode ser observado através de estudos que analisem a quantidade de estudantes que não prosseguem com os estudos devido as condições econômicas e tem que optar em estudar ou trabalhar para ajuda a família na sobrevivência, mesmo tendo políticas educativas para a classe trabalhadora, sabe-se que, após um dia de atividades laborais as condições físicas e cognitivas devido o cansaço pode contribuir para evasão escolar.

Em prol de uma educação que contemple a formação integral do estudante e seu Projeto de Vida foi acrescentado a LDB vigente a Lei nº 13.415 de 2017 que amplia a carga horária de estudos na educação básica. A educação brasileira tem passado por muitas mudanças significativas em muitos aspectos percorrer atrás de uma educação que abarque todos, no entanto, muito destas ações sofrem muitas críticas por na maioria das vezes não atender a toda população e suas especificidades atingindo apenas parte dela.

Das muitas propostas para uma educação para todos e com o intuito de estar de bem com a lei, muitos estados e municípios tem aderido ao modelo de escola em tempo integral. No que se refere a escola de tempo integral é importante ter o cuidado de não confundir com educação em tempo integral. A ampliação do tempo do estudante dentro da escola deveria sim ampliar as possibilidades de uma educação melhor, no entanto, nem sempre isso é efetuado. Já a educação de tempo integral acontece em todos os nossos espaços de socialização, porque todas as experiências e vivências também constrói saberes. Deve se salientar que a escola em tempo integral possibilita maior tempo para a mediação da aprendizagem tem se revelado em aspectos positivos, mas ainda ineficaz na formação do ser onilateral.

A busca pela educação que queremos contra a hegemonia da educação que temos, está para além da proposta educacional existente, ela perpassa pelas políticas educacionais e volta-se para a construção da sociedade brasileira com suas sequelas, que mesmo após muitas iniciativas de tratamento permanece, com sinais de amenização de sintomas, mas não de cura, o que deve ser buscado por diferentes atores sociais.

A educação que queremos, a que precisamos para garantir a equidade e não apenas a igualdade de direitos educacionais. A igualdade está centrada em oferecer a todos um serviço ou objeto da mesma forma, já a equidade está centrada em garantir o mesmo direito, mas não da mesma forma e sim de acordo com as particularidades das populações existentes como forma de inclusão e não integração para que todos tenham os direitos que preconizam a constituição vigente, o que não acontece na prática na oferta de nenhum serviço e inclusive na educação. Este trabalho traz apenas uma reflexão para alguns dos diversos problemas que permeiam a educação no Brasil e reconhece os avanços que tem se travado para equidade dentro do espaço escolar como estrutura física e proposta educacional. Por fim, assim como existe a defesa da formação do ser humano onilateral, será que haveria a possibilidade de se buscar a instituição de ensino enquanto estrutural



física como espaço onilateral?

O PPP ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE EDUCACIONAL

A escola como espaço de aprendizagem financiada pelo Estado e para todos percorreu um longo e árduo caminho até se consolidar no modelo atual e fez parte de muitas disputas entre parcela de dominados, dominadores e estudiosos em ambos os lados, cada um a defender suas ideias.

Ao pensar a escola como uma estrutura para se construir o protagonismo, a autonomia e a equidade, é preciso diante de muitos mecanismos necessários para efetivação dessa premissa na prática, a valorização do PPP- Projeto Político Pedagógico da escola. O PPP pode ser considerado um instrumento que norteia todas as ações dentro da escola desde as práticas educativas, administrativas e estruturais, mas para tanto, necessita-se do exercício da democracia na sua elaboração, pois, deve-se contemplar as especificidades da comunidade escolar.

A LDB nº 9.394/1996, no artigo 14, estabelece os princípios da gestão democrática na Educação pública e a participação de toda comunidade escolar na elaboração do Projeto Pedagógico. A Constituição Federal, no capítulo que se refere à Educação, no artigo 206, orienta a gestão democrática nos sistemas de ensino público, como forma de garantir uma educação de qualidade a parcela da população antes excluída.

A educação para construção de uma sociedade, autônoma, solidaria e competente tem como aliado o seu PPP, mas isso só será possível, se a construção desse documento for coletiva, no entanto, se o PPP for executado apenas pela equipe docente e gestão a proposta educativa passa a ser imposta, excludente, porque não irá considerar a diversidade da comunidade escolar que não está apenas ligada as questões das pessoas com deficiência ou de cunho religioso, mas é muito mais complexa. Ressalta-se que não existe até o momento documento que torne obrigatório a construção do PPP, mas recomendações como descritas acima pela LDB atual.

No que se refere a importância de as intuições escolares terem o PPP, (LUIZ ET AL, 2022, P. 118), ressalta que esse instrumento deve ser construído coletivamente por toda comunidade escolar ou não terá legitimidade.

Salienta-se que o PPP para além de ser construído por toda comunidade escolar, precisa ser um documento de uso cotidiano e não apenas um documento para ser apresentado a Secretaria Estadual de Educação. Antes da elaboração do PPP o gestor como mediador desse processo deve instigar a todos os atores a conhecer a instituição, o seu funcionamento, suas necessidades e a diversidade humana que a constitui e seus desafios. Como exemplo de desafios a ser levantado, (LUIZ, 2022) sugere:

Figura 1: Principais desafios a ser observados.





Fonte: LUIZ, Maria Cecília; et al. Mentoria de diretores de escola: **orientações práticas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 187p.

O Projeto Político Pedagógico precisa ter um papel social a partir do momento que vislumbra ações para solucionar os principais problemas que impactam no desenvolvimento dos estudantes para superação dos desafios do século atual em todos os aspectos, sem que estejam submetidos ao domínio de outros, mas precisa se salientar que não apenas os estudantes, mas todos os atores da comunidade estudantil precisam estar contemplados como sujeitos protagonistas e com o sentimento de pertencimento para superação de problemas específicos para alcançar o todo, tarefa que pode não concretizada a priori mas a longo prazo com muitas reflexões do que é a escola e onde se pretende chegar.

O CURSO DE MENTORIA PARA DIRETORES ESCOLARES COMO ATOR DE TRANSFORMAÇÃO DENTRO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

No intuito de contribuir com as diferentes gestões escolares por meio de um curso de Mentoria para diretores escolares em todo Brasil a UFScar- Universidade Federal de São Carlos em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, promoveu encontros assíncronos dedicados as leituras e entrega de atividades e síncronos usando o aplicativo Google Meet e plataforma, onde era proposto reflexões de diferentes temas vivenciados no cotidiano escolar oportunizando a diferentes gestores ouvir e ser ouvido. Nestes encontros os gestores expunham os desafios de suas escolas e partilhavam soluções.

Diante do exposto, desde o final de 2020, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em parceria com a Coordenação Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (CGFORG/DICAP/SEB/MEC), desenvolve um projeto-piloto de mentoria de diretores com participação de dez estados federativos, totalmente online. (LUIZ ET AL, 2022, p.18).

As secretarias estaduais de educação selecionaram seus representantes. Essa formação teve dois grandes objetivos: 1. Construir uma metodologia unificada, porém única; 2. instigar as secretarias estaduais a criar seus próprios programas de formação continuada de Mentoria de diretores. (LUIZ ET AL, 2022, p.18), o projeto teve dois objetivos de maior dimensão: elaborar e desenvolver uma metodologia única com capacidade de respeitar as diferenças de cada Secretaria de Educação de acordo com suas regiões e incentivar cada Secretaria criar a própria formação continuada de mentoria de diretores presencial e/ou virtual.

A função de diretor escolar é desafiadora, complexa e que vai sendo construída com a experiência no fazer quando se trata das questões financeiras, estruturais e documentais. No que se refere ao lidar com as pessoas ele precisa se reinventar cotidianamente frente a diversidade de sujeitos em que a escola vem se constituindo atualmente e da necessidade



dos diferentes grupos sociais ao direito a educação de qualidade.

A formação para diretores se deu por meio da divisão de temas e salas de aprendizagem. Na sala de aprendizagem 1, Mentoria de diretores: escuta ativa e a cultura colaborativa, o diretor é levado a refletir sobre ser o mentor e ser mentorado. O diretor mentor na prática vai tentar auxiliar o diretor mentorado na resolução de problemas ou até mesmo no domínio de instrumentos, legislação etc. dentro da sua escola por meio da partilha de experiências.

Na construção desse processo de partilha de conhecimento não se evidencia uma hierarquização de papéis, mas todos são importantes a medida que aprende e ensina. O diálogo enriquece as reflexões para fortalecer ou repensar ações antes usadas para solucionar determinado problema. Nesta formação o protagonismo deve ser instigado entre mentor e mentorado.

Outro ponto importante foi a discussão sobre o colaborar, no fazer dentro da escola. A colaboração compartilhada por todos cada uma dentro das suas especificidades de conhecimento e habilidades gera um resultado que traz sentimento de fazer parte seja da construção de um objeto, ação ou resolução de um problema.

A Cultura colaborativa poderá ou não nascer de forma espontânea, uma forma de se propiciar a cultura colaborativa é por meio do ouvir e ser ouvido. “A escuta ativa possibilita abertura para que se possa reconhecer o outro como alguém que possa contribuir em diferentes contextos, mesmo tendo percepções diferenciadas” (LUIZ ET AL, 2022).

A sala 2 abordou, Bases técnicas e teóricas da mentoria de diretores com o propósito de enfatizar a aprendizagem por meio de trocas de saberes e experiências na gestão escolar. Nesta sala percorreu-se muitas ações corriqueiras vividas dentro das escolas e finalizou-se com a sugestão de elaboração de um plano de mentoria com as seguintes sugestões: 1. Apresentação da proposta das atividades; 2. Esclarecimento dos objetivos; 3. Realização; 4. Discussão e encaminhamentos; e 5. Acompanhamento e avaliação.

Saberes dos diretores e a cultura colaborativa foi trabalhado na sala 3, neste percurso é possível se refletir que tudo que foi aprendido precisa ser utilizado e que não existe saber mais importante. Para o saber fazer sentido, ele precisa ser compreendido e contextualizado para a colaboração enriquecer o conhecimento, já que, os saberes muitas vezes precisam estar entrelaçados para um resultado eficaz no todo.

Na sala 4, os participantes puderam compreender a importância da comunicação nas relações interpessoais e que sem essa compreensão a escola não poderá ser democrática ou haver colaboração. “Ouvir não tem o mesmo significado de escutar, o primeiro está relacionado à nossa capacidade de assimilar os sons por meio da audição, e o outro traduz a compreensão das informações que chegam aos nossos sentidos”. (LUIZ ET AL, 2022). O uso figurativo dos ciclos das estações com foco nos problemas da escola, chama para reflexão do que a comunidade precisa ver como resultado, o que precisa ser evidenciado, visto percebido, O que a escola não deve mais utilizar em todos os sentidos e o serve para cada momento histórico dentro da instituição.



Figura 2: Ciclo das estações.



Fonte: LUIZ, M. C. Mentoria de diretores de escola: **orientações práticas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

Algo que pode impactar é a discussão sobre o projeto de vida e o projeto de si, algo que merece uma discussão específica, mas foi refletido na sala 5. Nesta sala foi trabalhado as figuras do aprender de diretores e a Escola-Outra. Para além da análise do projeto de intervenção Escola-Outra, pode ser possibilitado o significado do aprender como ferramenta de autonomia, solidariedade e liberdade de escolhas.

A sala 6, trabalhou a construção do Projeto Político Pedagógico e neste sentido, pode auxiliar os diretores por meio das trocas de saberes entre si, embora, cada escola seja singular um fato deve ser para todas as escolas insubstituível, o PPP como ferramenta de construção democrática para promover a equidade perpassando pela igualdade para inclusão da diversidade humana na escola.

Como o diretor escolar necessita ser um líder, a sala 7 abordou o papel do diretor enquanto responsável para uma boa fluidez na aprendizagem dos estudantes, como também, a importância de um bom clima organizacional para o alcance de metas e satisfação dos envolvidos. Não existe ou haverá escolas sem conflitos, mas a forma de gerenciar os conflitos pode contribuir para um espaço onde as pessoas sintam prazer em estar e motivados a contribuir com a consolidação da visão e missão por sentir parte da construção da instituição e da sua representação enquanto entregadora de um serviço essencial e de qualidade. No que discorre sobre ser um líder mesmo existindo pessoas que tragam consigo habilidades natas no desenvolvimento dessa função, muito de um líder pode ser construído.

Como toda instituição a escola também precisa de uma estrutura adequada e gestão financeira eficiente e eficaz. A sala 8, tratou de problematizar essa questão para sanar as possíveis dúvidas quanto ao uso dos recursos públicos, como também, analisar até que ponto as instituições são autônomas no gerenciamento desses recursos dentro da legislação, a importância da transparência para toda comunidade externa e interna da escola quanto o gasto do recurso escolar.

O tema Avaliação educacional e a gestão escolar foi desenvolvido na sala 9. “A avaliação educacional é caracterizada (e dividida em sua multiplicidade) por três modalidades: avaliação do ensino e a aprendizagem, avaliação institucional e avaliação externa” (LUIZ et. al., 2022). Muitas vezes os processos avaliativos são criticados e gestão escolar enquanto líder deve promover formas para que a comunidade escolar compreenda a função de cada avaliação para que todos os envolvidos possam colaborar



na aplicação ou participação.

A avaliação pode ser um instrumento para os que fazem a instituição avaliar as ações internas e qual o impacto dessas medidas para o alcance dos objetivos, se está sendo avaliado como positivo ou negativo pela comunidade fora e dentro da escola. Serve ainda para ressignificar as tomadas de decisão para o alcance das metas, busca da satisfação dos colaboradores, equipe docente e o mais importante a oferta de uma educação de qualidade e onilateral e interdimensional, para tanto, é necessário diagnosticar para poder ver a melhor conduta a ser tomada, como um médico que primeiro faz o diagnóstico para depois tratar com remédio específico para doença e se tem um tratamento eficaz e testado é preciso adequar a dosagem a singularidade do paciente.

Como falar de escola sem haver a preocupação com a violência. A sala 10 abordou a violência. A violência na escola ou fora dela com repercussão na escola deve ser uma preocupação não apenas do diretor escolar, mas da população em geral, porque é um reflexo de muitos fatores da sociedade atual. (LUIZ et. al., 2022, p.173) destaca que a violência será compreendida de acordo como contexto histórico, porque o conjunto de valores podem ser modificados pelas regras e circunstâncias que vão determinar o que é violência ou não.

A violência pode ser executada de forma verbal, física, psicológica e simbólica. A violência verbal pode ser praticada pelo uso da fala. A violência física pode ser compreendida pelo domínio do corpo do outro com ações que cause lesão ou apenas apropriação que resulte em falta de liberdade pelo dono do corpo que foi dominado. A violência psicológica pode ser entendida pela forma de tratar uma pessoa em que cause nela o sentimento de incapacidade e inferioridade, seja de forma proposital ou não. A violência poderia ser descrita por uma forma de tratar o outro com situações de brincadeira ou não, que tratem de suas características singular de forma pejorativa causando na vítima o sentimento de inferioridade com relação a sua identidade que pode ser naturalizada ou não no espaço escolar.

Todas as formas de violência podem vir a acontecer dentro da escola e neste aspecto, o gestor não como o ator mais importante, mas como líder deve sempre está atento a todos os acontecimentos na escola e isso, só será possível por meio da escuta ativa, da colaboração, do feedback, valorização dos saberes, bom clima organizacional e um plano de contingência singular de cada escola de acordo com os riscos observados no cotidiano.

Todo percurso narrativo feito acima é para que o leitor compreenda como se deu o curso de mentoria para diretores, para assim analisar a sua eficácia no auxílio das tarefas cotidianas do fazer do diretor escolar. Embora toda escola seja única dentro do universo educativo, existem elementos iguais em todas as escolas, como também, os problemas e isso pode levar a se pensar que algumas estratégias usadas e partilhadas podem ajudar a repensar a tomada de decisões.

Outro fator a ser considerado é o caráter formativo para as tarefas administrativas realizadas na escola, fortalecendo o conhecimento de alguns e auxiliando na construção para outros. Estes momentos podem ser um espaço de escuta entre pessoas que podem estar vivenciando os mesmos conflitos, assim pode se concluir que o Curso de Mentoria para diretores escolares é de grande relevância para o alcance de uma educação de qualidade.



CONSIDERAÇÕES FINAS

A função de diretor escolar ou gestor escolar é muito complexa e para que seja desenvolvida uma administração que contemple ou busque alcançar uma educação de qualidade e inclusiva com a colaboração positiva de todos que fazem parte da escola não é tarefa fácil. Para tanto, o diretor precisa ter habilidades necessárias para um administrador líder, como também, conhecimentos em todas as esferas que precisará ser somado a outros saberes para promover o gerenciamento da escola como um todo.

No sentido que o diretor precisa ouvir e ser ouvido por pessoas que exercem a mesma função e para além ter o fortalecimento dos saberes e oportunidade de vivenciar diferentes estratégias para resolução de problemas, o Curso de Mentoria de Diretores Escolares pode ser considerado uma grande oportunidade para os estados e municípios na promoção de formas de aprender e ensinar, tanto das questões administrativas como emocionais.

Para a pergunta: o gestor escolar cuida de sua comunidade escolar e quem cuida do gestor? O curso pode ser visto como um passo importante, porém, não suficiente, porque o cuidar do diretor escola está para além do suporte do conhecimento, troca de saberes e atenção psicológica é preciso uma atenção maior por parte das secretarias de educação no que diz respeito a autonomia no gerenciamento do capital humano dentro das instituições de ensino que ainda é muito respaldada pelos acordos políticos e não pelo desempenho profissional o que causa impacto negativo nas ações por uma educação de qualidade, inclusiva, onilateral e interdimensional no apoio da construção de um ser protagonista com sentimento de corresponsabilidade para a sobrevivência da humanidade no planeta em todos os aspectos para os direitos de um cidadão.

Os participantes da formação após conclusão com êxito seriam incumbidos de replicar o projeto em seus estados. Em relação a efetivação desse projeto pelos estados participantes, sugere-se um estudo específico neste aspecto, pois, essa resposta aqui ficará em aberto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Washington Lair Urbano. **A história da educação no Brasil: da descoberta à lei de Diretrizes e Bases de 1996**. São Paulo, 2008. Monografia (Especialização).

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, 20 de dezembro de 1996, Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília, 1991.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 2, nº 2. Vitória: IFES, 2018, p. 6 – 19. Disponível



em:<<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>.

GALIAZZI, Maria do Carmo; SOUSA, Robson Simplício de. A dialética na categorização da análise textual discursiva: o movimento recursivo entre palavra e conceito. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.7, n.13, 2019, p. 01-22.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL**. Curitiba/PR, 2016. p. 1-22. Disponível em:<<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educacao-e-Trabalho.pdf>>.

Mentoria de diretores de escola: orientações práticas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 187p. 16 x 23 cm

LUIZ, Maria Cecília. **Mentoria de diretores de escola: orientações práticas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 187p.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, Volume 1, p. 847 – 856, 2017. Disponível em:<<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1405/1362>>.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. Disponível em:<https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf>.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livrosdiversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>>.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume III. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/trabalho-e-formacao-docente-na-educacao-profissional-dante-moura>>.

PEIXOTO, E. M. DE M. Interdisciplinaridade e análise da produção científica: apontamentos a partir da concepção materialista e dialética da história. **Filosofia e Educação**, v. 5, n. 2, p. 120-165, outubro de 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A3o-profissional.pdf>>



RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 12 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SANTANA, Rosa Maria de; SILVA, Simone Almeida da. **Perfil do professor inserido na Escola João da Matta Cavalcante de Albuquerque – PB.** Curso de Bacharelado em Administração Pública. EAD/IFPB – Campus João Pessoa, 2017.